

Relatório de gestão

SUMÁRIO

1. Identificação	3
410036 - SCE	3
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA.....	3
410036.....	3
2. Responsabilidades institucionais	3
2.1. PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	3
3. Estratégia de atuação	4
4. Gestão de programas e ações.....	4
4.1. PROGRAMAS.....	4
4.1.1. Programa 8006 – Gestão da Política de Comunicações.....	5
4.1.1.1. Dados gerais.....	5
4.1.1.2. Principais Ações do Programa	5
4.1.1.3. Gestão das ações	5
4.1.1.3.1. Ação 6667 – Capacitação de Técnicos em Radiodifusão.....	5
4.1.1.3.1.1. Dados gerais.....	5
4.1.1.3.1.2. Resultados	6
4.1.1.3.2. Ação 1B50 – Formulação e Reformulação de Políticas de Comunicação Eletrônica e Radiodifusão Digital.....	6
4.1.1.3.2.1. Dados gerais.....	6
4.1.1.3.2.2. Resultados	7
4.1.2. Programa de Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica.....	7
4.1.2.1. Dados Gerais	7
4.1.2.2. Principais Ações do Programa	7
4.1.2.3. Gestão das Ações.....	7
4.1.2.3.1. Ação – Outorga de Serviços de Radiodifusão.....	8
4.1.2.3.1.1. Dados gerais.....	8
4.1.2.3.1.2. Resultados	8
4.1.2.3.2. Ação – Consignação de Canais para TV Digital.	9
4.1.2.3.2.1. Dados gerais.....	9
4.1.2.3.2.2. Resultados	9
4.1.3. Programa de Soluções de Organização e Gestão de Processos.....	9
4.1.3.1. Dados Gerais	9
4.1.3.2. Principais Ações do Programa	9
4.1.3.3. Gestão das Ações.....	9
4.1.3.3.1. Ação – Otimização dos procedimentos de análise, controle e gestão de processos e documentos.....	10
4.1.3.3.1.1. Dados gerais.....	10
4.1.3.3.1.2. Resultados	10
4.1.4. Programa de Gestão da Execução dos Serviços de Radiodifusão.....	10
4.1.4.1. Dados Gerais	11
4.1.4.2. Principais Ações do Programa	11
4.1.4.3. Gestão das Ações.....	11
4.1.4.3.1. Ação – Acompanhamento da Execução dos Serviços de Radiodifusão.	11
4.1.4.3.1.1. Dados gerais.....	11
4.1.4.3.1.2. Resultados	11
5. Desempenho operacional	11
6. Previdência Complementar Patrocinada.....	16
7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal.....	17

8. Operações de fundos	18
9. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins (conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007).....	19
Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	20
Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	20
Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)	21
Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007).....	22
Anexo E - Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)	25

1. Identificação

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério das Comunicações	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Norma de criação da unidade jurisdicionada conforme Decreto 5.220, de 30 de setembro de 2004, DOU nº. 190, de 1 de outubro de 2004 e Regimento interno conforme Portaria nº. 401, de 22 de agosto de 2006, DOU, nº. 163, de 24 de agosto de 2006.	
CNPJ	Não se aplica	
Nome e código no SIAFI	410036 - SCE	
Código da UJ titular do relatório	70098	
Códigos das UJ abrangidas	Não se aplica	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco R, sala 100 – sobreloja.	
Endereço da página institucional na internet	www.mc.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Comunicações	
Tipo de atividade	Serviços de Comunicação Eletrônica	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica	410036

2. Responsabilidades institucionais

2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas

O acesso à informação e liberdade de expressão são princípios balizadores da política nacional de universalização da radiodifusão. Materializando estes princípios em equilíbrio, tem-se uma política de Estado com visão ampla.

O objetivo estratégico da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica é a universalização dos serviços de radiodifusão. Tal objetivo estratégico divide-se em dois objetivos complementares: o crescimento do número de municípios brasileiros com acesso à execução local de serviços de radiodifusão, educativos e comerciais, públicos e privados, baseado no princípio de livre acesso à informação; e a expansão do acesso dos cidadãos aos meios de produção e transmissão de rádio e TV, como, por exemplo, as rádios comunitárias e as TVs Públicas, fundamentada no princípio de liberdade de expressão.

Busca-se, fundamentalmente, estimular a cultura local e a diversificação na comunicação social eletrônica, de modo a dar voz e imagem ao cidadão.

O compromisso assumido no Plano Plurianual 2004-2007 foi de que 60% dos municípios brasileiros contassem com, pelo menos um serviço local de radiodifusão, meta esta que foi integralmente atingida.

Ressalta-se, ainda, a publicação de Avisos de Habilitação para Radiodifusão Comunitária ampliando o número de municípios do país a serem contemplados com, ao menos, um Serviço de Radiodifusão local.

3. Estratégia de atuação

Atendendo ao primeiro dos objetivos estratégicos da Secretaria, o crescimento do número de municípios brasileiros com acesso à execução local de serviços de radiodifusão, foram tomadas as seguintes ações:

- a. A capacitação direcionada à área de atuação dos servidores admitidos por meio de concurso público realizado em 2006.
- b. Foco na gestão de processos, visando a celeridade na realização das atividades operacionais, mormente no fluxo de análise de processos de outorga, envidando esforços para a reestruturação da Secretaria.

Para a expansão do acesso dos cidadãos aos meios de produção e transmissão de rádio e TV, como, por exemplo, as rádios comunitárias, foram publicados 04 Avisos de Habilitação para Radiodifusão Comunitária, atingindo 5.557 municípios, dos quais dois são considerados especiais: o Aviso nº 1/2007 direcionado diretamente às comunidades Quilombolas, Assentamentos Rurais e Indígenas e o Aviso nº 3/2007, que contemplou mais 950 municípios, atingindo 99,87% dos municípios do país.

No campo operacional, a Secretaria priorizou a criação e atualização de normas internas, atualização e elaboração de manuais de procedimentos e a reestruturação funcional de departamentos, com remanejamento interno de pessoal em razão da mudança de dirigentes e da adaptação dos novos servidores, levando em conta o perfil de cada funcionário. Todas estas ações se deram, também, em decorrência do volume excessivo de estoque de processos e da especificidade de cada procedimento.

4. Gestão de programas e ações

4.1. Programas

A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica é responsável por uma parte do Programa de Gestão de Política de Comunicações, elencado no Plano Plurianual 2004-2007, Programa este que norteia a coordenação e o planejamento para a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de comunicações.

Além deste, a Secretaria ainda conta com três outros Programas finalísticos, que resultam em serviços ofertados diretamente à sociedade, que são:

- a Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica, cuja importância é a realização plena dos direitos fundamentais de acesso à informação e liberdade de expressão, função maior do Estado.
- a Solução de Organização e Gestão de Processos, determinante para o aprimoramento do desempenho operacional da Secretaria na análise dos processos de Radiodifusão.
- o Gestão da Execução dos Serviços de Radiodifusão visando o fiel cumprimento das obrigações regulamentares, a serem observadas pelos executantes dos serviços de radiodifusão.

4.1.1. Programa 8006 – Gestão da Política de Comunicações

4.1.1.1. Dados gerais

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa de Gestão de Políticas Públicas
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de comunicações.
Gerente do programa	Fernando R. Lopes de Oliveira
Gerente executivo	
Indicadores ou parâmetros utilizados	Programas do tipo “Gestão de Políticas Públicas” não possuem indicadores.
Público-alvo (beneficiários)	Governo

4.1.1.2. Principais Ações do Programa

Como parte integrante do Programa de Gestão da Política de Comunicações, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica é responsável por duas Ações:

- a Capacitação de Técnicos em Radiodifusão, direcionada aos radiodifusores das entidades executantes dos serviços de radiodifusão comunitária, que visa o fortalecimento e a melhoria do serviço, estimulando o desenvolvimento e aprimoramento através do treinamento de técnicos das referidas entidades;
- a Formulação e Reformulação de Políticas de Comunicação Eletrônica e Radiodifusão Digital, com o objetivo de coordenar o planejamento e formulação de políticas do setor, especialmente na revisão da legislação aplicada à Radiodifusão que já se encontra defasada em virtude dos avanços tecnológicos.

4.1.1.3. Gestão das ações

4.1.1.3.1. Ação 6667 – Capacitação de Técnicos em Radiodifusão.

4.1.1.3.1.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar técnicos e multiplicadores para fortalecer e melhorar os serviços de radiodifusão comunitária.
Descrição	Edição e distribuição de manual e cartilha de orientação de radiodifusão comunitária para promover o acesso à informação relativa ao serviço. Realização de cursos e treinamentos, encontros regionais e seminário nacional visando a inclusão social por meio da radiodifusão local
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério das Comunicações
Unidades executoras	Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	Zilda Beatriz Silva de Campos Abreu
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

4.1.1.3.1.2. Resultados

A ação de Capacitação de Técnicos em Radiodifusão, direcionada aos radiodifusores das entidades executantes dos serviços de radiodifusão comunitária, com meta física de treinar 40 técnicos para o ano de 2007, atingiu a meta projetada, através da realização de 23 oficinas em igual número de localidades nos Estados: SC, RS, MG, SP, BA, RJ, ES, TO, MT, PA, AP, RR.

Estavam previstos inicialmente recursos no valor de R\$ 300.000,00, mas não houve despesas financeiras para a realização desta Ação. Foi feita uma parceria entre o Ministério das Comunicações, o Ministério de Minas e Energia (Programa Luz para Todos) e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), arcando cada órgão com as suas despesas de deslocamento às comunidades envolvidas que, por sua vez, disponibilizaram os locais para as oficinas.

Dando continuidade ao processo de capacitação, salientamos a publicação do Aviso nº 1/2007 que contemplou 194 localidades ligadas às comunidades Quilombolas, Assentamentos Rurais e Indígenas, tratando diretamente do esforço de inclusão social.

Tabela 3 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
40	R\$ 300.000,00	40	-

4.1.1.3.2. Ação 1B50 – Formulação e Reformulação de Políticas de Comunicação Eletrônica e Radiodifusão Digital.

4.1.1.3.2.1. Dados gerais

Tabela 4 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Buscar as bases para uma nova normatização de comunicação social eletrônica e criar um novo marco normativo para o setor por meio da elaboração de uma proposta legislativa a ser encaminhada ao Congresso Nacional; Agregar conhecimentos e subsídios para a implementação da radiodifusão digital no Brasil.
Descrição	Elaboração de um documento formal que represente uma proposta legislativa do Ministério das Comunicações para uma nova normatização da comunicação social eletrônica no Brasil. Será promovido o estudo e a discussão no âmbito do Ministério das Comunicações visando à consolidação do referido documento, devendo ser considerados os frutos do debate promovido com a sociedade civil. Para este fim, será criado um grupo de estudos coordenado pelo Ministério das Comunicações com representantes dos diversos pólos sociais, tais como Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal; Poder Legislativo; Poder Judiciário e grupos representativos da sociedade civil. Por fim, a consultoria contratada recolherá e consolidará os dados e subsídios recebidos durante a fase de debates em uma proposta de Projeto de Lei que será enviada ao Congresso Nacional. No âmbito dessa ação será contratada, por meio de licitação, uma consultoria com vistas a subsidiar a política de radiodifusão digital no Brasil.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério das Comunicações
Unidades executoras	Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	Zilda Beatriz Silva de Campos Abreu
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

4.1.1.3.2.2. Resultados

No tocante às metas físicas da Ação Formulação e Reformulação de Políticas de Comunicação Eletrônica e Radiodifusão Digital, esclarecemos que não houve realização física e nem despesas.

A impossibilidade de executá-la decorreu da necessidade de uma reestruturação do Departamento de Acompanhamento e Avaliação, para implementar uma nova política consubstanciada numa completa reforma da legislação de radiodifusão, com vistas à sua adaptação à evolução tecnológica do setor.

A contratação de Consultoria programada para 2007 ficou postergada, haja vista a necessidade de uma decisão de Estado, adiando-se, assim, a edição do novo arcabouço regulatório, que terá impactos relevantes nas normas técnicas em vigor, as quais deverão sofrer profundas modificações.

Tabela 5 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
9%	R\$ 100.000,00	-	-

4.1.2. Programa de Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica.

4.1.2.1. Dados Gerais

Tabela 6 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo geral	Expansão do número de municípios brasileiros com acesso à execução local de serviços de radiodifusão.
Gerente do programa	Zilda Beatriz Silva de Campos Abreu
Gerente executivo	
Indicadores ou parâmetros utilizados	Quantidade de processos instruídos encaminhados para apreciação da Consultoria Jurídica.
Público-alvo (beneficiários)	Municípios sem acesso aos serviços de radiodifusão.

4.1.2.2. Principais Ações do Programa

No Programa de Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica e Radiodifusão Digital está dividido em duas Ações:

- Outorga de Serviços de Radiodifusão que é o instrumento legal efetivo para expansão do acesso aos serviços de comunicação eletrônica nos municípios brasileiros e a diversificação do conteúdo de programação;
- Consignação de Canais para TV Digital que se destina à efetiva transmissão digital dos serviços de radiodifusão de sons e imagens (TV) e de retransmissão de televisão (RTV), objetivando o atendimento ao cronograma estabelecido na Portaria-MC nº 652/2006.

4.1.2.3. Gestão das Ações

4.1.2.3.1. Ação – Outorga de Serviços de Radiodifusão.

4.1.2.3.1.1. Dados gerais

Tabela 7 – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Não Orçamentária
Finalidade	Universalizar o acesso aos serviços de comunicação eletrônica no municípios brasileiros, contribuindo para a realização plena dos direitos fundamentais de acesso à informação e de liberdade de expressão, além da valorização da cultura local.
Descrição	Análise e instrução dos processos de outorga (concessão, permissão e autorização) dos diversos serviços relacionados à comunicação eletrônica, como: a Radiodifusão Comercial, Educativa, Comunitária, além das Retransmissoras de TV.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Unidades executoras	Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	Zilda Beatriz Silva de Campos Abreu
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

4.1.2.3.1.2. Resultados

O compromisso assumido no Plano Plurianual 2004-2007 foi de que pelo menos 3.336 municípios brasileiros, 60% do total, contassem com pelo menos um serviço local de radiodifusão, meta esta que foi atingida através de 578 outorgas de serviços de radiodifusão concedidas em 2007, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO EM 2007

SERVIÇO	NÚMERO DE OUTORGAS EM 2007
RÁDIO FM COMERCIAL	65
RÁDIO FM EDUCATIVA	6
RÁDIO ONDAS MÉDIAS	5
RÁDIO COMUNITÁRIA	426
TELEVISÃO COMERCIAL	-
TELEVISÃO EDUCATIVA	2
RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO	44
SERVIÇOS AUXILIARES (SARC)	30
TOTAL	578

Fonte: Ministério das Comunicações

Atendendo à Universalização dos Serviços de Comunicação, durante o ano de 2007 foram publicados 04 Avisos de Habilitação para Radiodifusão Comunitária tendo participado destes avisos cerca de 1246 entidades interessadas em obter autorização para executar o serviço. Com isto, os Avisos de Habilitação publicados contemplaram 5.557 municípios, representando 99,86% da totalidade dos municípios do país..

Dos processos de Radiodifusão Comunitária em andamento no Ministério, foram concedidas 196 Licenças Provisórias, 204 Licenças Definitivas e 426 Portarias de Autorização, totalizando 3.140 entidades Autorizadas a executar o Serviço, estando distribuídas em 2.846 municípios que já possuem pelo menos uma estação de Radiodifusão Comunitária legalmente instalada.

No ano de 2007 foram analisados 8.678 processos na área de Regime Legal de Outorgas; 4.113 processos na área de Engenharia e 9.464 processos na área de Radiodifusão Comunitária.

Foram, ainda, instruídos 892 processos de outorga e remetidos à Consultoria Jurídica para apreciação e encaminhamento ao Ministro para efetivação das outorgas.

4.1.2.3.2. Ação – Consignação de Canais para TV Digital.

4.1.2.3.2.1. Dados gerais

Tabela 8 – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Não Orçamentária
Finalidade	Cosignação dos Canais Digitais em atendimento ao cronograma estabelecido pela Portaria-MC nº 652/2006.
Descrição	Análise e instrução dos processos de consignação dos canais digitais das estações de televisão regularmente instaladas, visando a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV), na nova tecnologia.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Unidades executoras	Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica e Departamento de Acompanhamento e Avaliação dos Serviços de Comunicação Eletrônica.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	Zilda Beatriz Silva de Campos Abreu.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

4.1.2.3.2.2. Resultados

Atendendo ao cronograma estabelecido, foram consignados 16 canais de TV Digital, sendo 10 para a cidade de São Paulo e 6 para Belo Horizonte. Iniciou-se também a instrução dos processos das entidades que solicitaram os canais a serem consignados para as cidades do Rio de Janeiro, Brasília, Salvador e Fortaleza.

4.1.3. Programa de Soluções de Organização e Gestão de Processos.

4.1.3.1. Dados Gerais

Tabela 9 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo geral	Aprimorar o desempenho administrativo da Secretaria na análise e controle de processos e documentos dos serviços de radiodifusão.
Gerente do programa	Zilda Beatriz Silva de Campos de Abreu
Gerente executivo	
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público-alvo (beneficiários)	Entidades executantes de serviços de comunicação eletrônica e usuários dos serviços.

4.1.3.2. Principais Ações do Programa

O Programa de Soluções de Organização e Gestão de Processos conta com uma Ação voltada ao aprimoramento de procedimentos de análise e controle de processos e documentos, no âmbito da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

4.1.3.3. Gestão das Ações

4.1.3.3.1. Ação – Otimização dos procedimentos de análise, controle e gestão de processos e documentos.

4.1.3.3.1.1. Dados gerais

Tabela 10 – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Não Orçamentária
Finalidade	A busca da eficiência técnico-administrativa da atividade fim da Secretaria.
Descrição	Estudos e ações voltados para provimento de soluções padronizadas de organização e gestão de processos visando o aprimoramento dos fluxos de procedimentos de análise e controle. Elaboração e atualização de manuais de procedimentos técnicos, objetivando a agilização das análises processualísticas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.
Unidades executoras	Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica e Departamento do Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	Zilda Beatriz Silva de Campos Abreu
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

4.1.3.3.1.2. Resultados

Continuando o trabalho iniciado no ano de 2006, diversas soluções de organização e métodos foram implementadas em 2007, as quais resultaram em uma melhoria da eficiência na análise dos processos de radiodifusão. Assim, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica tem conseguido, não apenas melhorar o atendimento ao público, mas, também, economizar recursos, na medida em que tem aprimorado seus fluxos de trabalho.

Dentre as medidas de organização e métodos postas em prática, destacamos as seguintes:

- desenvolvimento e manutenção dos sistemas Radcom, para acompanhamento dos processos e documentos relativos à outorga de prestação de serviço de radiodifusão comunitária;
- desenvolvimento e manutenção do Sistema de Gerenciamento e Acompanhamento de Processos - SGAP, que visa organizar e acompanhar os fluxos de trabalho relativos à outorga e pós-outorga de prestação de serviço de radiodifusão;
- elaboração e atualização de manuais de procedimentos e revisão das normas de serviços de radiodifusão, gerando maior padronização dos procedimentos e resultando em ganho de eficiência;
- mapeamento de procedimentos e de fluxos de atividades da Secretaria, buscando aumentar a eficiência de trabalho através da otimização das rotinas de análise e controle de processo.
- criação do Grupo Permanente de Estudos Técnicos, no âmbito do Ministério, com participação de servidores da Anatel, visando a revisão e atualização da regulamentação técnica específica dos serviços e realização de estudos, de forma a subsidiar decisões técnicas da Secretaria no tocante à criação de novos serviços, e de radiointerferências;
- com relação ao acompanhamento dos serviços prestados, a assinatura do Termo de Ajuste entre a Anatel e o Ministério das Comunicações para monitoramento e fiscalização de conteúdo das estações de radiodifusão, segundo Plano de Fiscalização Anual elaborado pelo Ministério.
- criação de dois postos de trabalho, sendo um para tratamento e recebimento de denúncias e outro para gravação de mídias (áudio e vídeo) oriundas de denúncias e de laudos de radiovideometria encaminhados pela Anatel.
- proposta de instalação da estrutura administrativa de 7 (sete) Delegacias Regionais, recriadas pelo Decreto nº 5.220/2004.
- edição da Portaria nº 447/2007, que determinou a realização do cadastramento das entidades executantes dos serviços de radiodifusão, à excessão da radiodifusão comunitária, visando a atualização dos dados cadastrais e regularização dos atos praticados pelas entidades.

4.1.4. Programa de Gestão da Execução dos Serviços de Radiodifusão.

4.1.4.1. Dados Gerais

Tabela 11 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo geral	Garantir o cumprimento das obrigações assumidas pelas entidades outorgadas na prestação de serviços de radiodifusão.
Gerente do programa	Zilda Beatriz Silva de Campos Abreu
Gerente executivo	
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público-alvo (beneficiários)	Entidades executantes de serviços de comunicação eletrônica e usuários dos serviços.

4.1.4.2. Principais Ações do Programa

O Programa de Gestão da Execução dos Serviços de Radiodifusão tem como principal Ação o Acompanhamento da Execução dos Serviços de Radiodifusão, prestados ao público em geral, pelas entidades outorgadas; e a análise e instauração de processos de apuração de infração, visando a observância do fiel cumprimento das obrigações compromissadas.

4.1.4.3. Gestão das Ações

4.1.4.3.1. Ação – Acompanhamento da Execução dos Serviços de Radiodifusão.

4.1.4.3.1.1. Dados gerais

Tabela 12 – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Não Orçamentária
Finalidade	Acompanhamento e verificação do cumprimento das obrigações compromissadas pelas entidades executantes dos serviços de radiodifusão e a instauração de procedimentos de apuração de infração pelo descumprimento destas obrigações.
Descrição	Análise de denúncias apresentadas junto ao Ministério e de laudos de vistoria em campo elaborados pela Anatel, no exercício da atividade fiscalizadora, visando a verificação da existência de possíveis irregularidades que resultem ou não em instauração de procedimentos de apuração de infração.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Unidades executoras	Departamento de Acompanhamento e Avaliação dos Serviços de Comunicação Eletrônica.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	Zilda Beatriz Silva de Campos Abreu
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

4.1.4.3.1.2. Resultados

Até o final de 2007 existiam 1.546 laudos técnicos da Anatel aguardando análise para verificação de sua conformidade e da necessidade de abertura de processo de apuração de infração, tendo sido analisados 346 laudos.

Foram, ainda, instaurados 920 novos processos de apuração de infração e analisados um total de 987 processos, restando pendentes de análise 3.178 processos.

O Departamento de Acompanhamento e Avaliação dos Serviços de Comunicação Eletrônica recebeu, ainda, um total de 798 denúncias, todas submetidas à devida apuração.

5. Desempenho operacional

A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica não dispõe, ainda, de parâmetros oficiais previamente definidos para avaliar o seu desempenho operacional. Contudo, diversos fatores têm contribuído para o considerável entrave à celeridade na análise dos processos e aumento do passivo processual na estrutura da Secretaria.

Com o advento do Decreto nº 4.471, de 18 de novembro de 2002, foram extintas as Delegacias Regionais do Ministério das Comunicações, o que fez com que boa parte do trabalho anteriormente realizado de maneira descentralizada fosse transferido integralmente para a sede do Ministério em Brasília, sem que houvesse, em contrapartida, qualquer aumento da capacidade de análise de processos, seja em termos de aumento de pessoal, seja em melhoria dos instrumentos ou meios de análise (informatização, simplificação de procedimentos, etc.).

A toda a demanda reprimida que já existia na Secretaria, somou-se o estoque processual das Delegacias, com um volume de aproximadamente 72 mil processos já arquivados e mais 40 mil processos em andamento, referentes, em sua maioria, aos atos de acompanhamento e pós-outorga, que foram todos transferidos para Brasília, o que tornou ainda mais significativo o acúmulo de processos.

Somam-se, a este volume considerável, os novos processos recebidos a cada ano, conforme demonstrado a seguir:

→ **Número de processos em análise na SCE:**

<u>LOCALIZAÇÃO</u>	<u>Nº DE PROCESSOS POR ÁREA</u>
- Instrução e Análise Jurídica de Outorga	7.828
- Análise Técnica de Engenharia de Outorga	17.986
- Análise Técnica e Jurídica de Radiodifusão Comunitária	6.538
- Apuração de Infração	7.775
TOTAL	40.127

O acúmulo deste grande estoque processual, ocorrido sucessivamente ao longo dos anos, gerou um grande entrave à brevidade na análise dos processos por vezes necessária, já que mesmo com o considerável aumento do passivo pendente de análise, não se verificou significativo aumento de analistas de processos na área técnica e, notadamente, na área jurídica, esta, atualmente com apenas 22 analistas.

Visando sanar tal deficiência, no ano de 2006, foi feita uma ação conjunta da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do Ministério das Comunicações e a Fundação Getúlio Vargas que resultou na elaboração de um plano de carreiras específico para este Ministério, que cria a carreira de Analista em Comunicações, com o objetivo de suprir a carência de advogados-analistas, lotados em setores externos à Consultoria Jurídica. Entretanto, o citado estudo, apesar de já aprovado pelo Ministério das Comunicações e encaminhado ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, não foi, até o momento, apreciado pelo referido órgão.

Além do mais, o Decreto 5.220, de 30 de setembro de 2004, transferiu para a SCE inúmeras atividades, anteriormente sob responsabilidade da ANATEL, dentre elas o licenciamento, aprovação de locais de instalação de retransmissora de televisão (RTV) e serviços auxiliares de radiodifusão (SARC), alterações de características técnicas de emissoras, processos de apuração de descumprimento de obrigações (PADO), indevidamente instaurados pela ANATEL, para reexame, dentre outras.

5.1 - Panorama atual do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica - DEOC

As inúmeras atividades incluídas em sua competência tornam o Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica o maior receptor de processos, e, conseqüentemente, o setor com maior carência de gestores e pessoal.

Além do grande número de processos, fazem parte das atribuições do DEOC, o atendimento ao público e radiodifusores em geral, protocolo e cadastro de documentos e processos e arquivo, conforme demonstrado a seguir:

→ **Número de atendimentos ao público externo - 2007**

DESCRIÇÃO		TOTAL
Atendimento ao Público	Central de Atendimento	3.195
	Via Telefone	36.048
	Vistas a Processos	341
TOTAL		39.584

→ **Número de emissão de documentos 2007:**

DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO
Ofícios	16.631
Memorandos e Informações	2.604
Portarias	889
TOTAL	20.124

O DEOC também atua como órgão instrutor de processos judiciais, fornecendo aos órgãos técnicos do MC elementos e subsídios para integrarem respostas de ofícios e requerimentos encaminhados por autoridades e órgãos públicos e contestação de ações judiciais, atividade esta que, para sua consecução, demanda muito tempo e disponibilidade de grande parte dos analistas.

→ **Número de informações judiciais prestadas:**

ÓRGÃOS	2007
Poder Judiciário	79
Anatel	41
Ministério Público Federal/Estadual	201
Polícia Federal/Estadual	311
Consultoria Jurídica-MC	102
Outros	52
Total	786

O número de outorgas comerciais concedidas, acrescido de avisos de habilitação para radiodifusão comunitária, além das análises de requerimentos de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, implica no aumento das atividades das Coordenações Gerais na instrução e análise dos processos para assinaturas dos contratos, renovações das outorgas, autorização prévia de alterações contratuais e aprovação dos atos praticados pelas emissoras, aprovação de local e equipamentos, alterações de características técnicas, autorização de serviços ancilares e auxiliares, em atendimento à legislação de radiodifusão, conforme dados apresentados a seguir:

→ **Processos em instrução e análise jurídica de outorga – 2007:**

ASSUNTO	QUANTITATIVO
Alteração Contratual	2.146
Assentimento Prévio	44
Contratos Assinados	255
Outorga Educativa	2.489
Renovação de Outorga	2.894
TOTAL GERAL	7.828

→ **Situação dos Processos das entidades que participaram de Avisos de habilitação de radiodifusão comunitária:**

Situação	28/12/2007
Em andamento	2.090
Autorizados	3.022
Arquivados	7.099
Subtotal	12.211
Análise de Reconsideração	146
TOTAL	12.357

→ **Situação dos Processos de Demonstrações de Interesse na Autorização – Aguardando Aviso:**

Situação	2007
Demonstração de Interesse	4.302
TOTAL	4.302

→ **Processos em análise técnica de engenharia de outorga – 2007:**

ASSUNTO	QUANTITATIVO
Requerimento de Outorga RTV e Serviços auxiliares (SARC)(101)	8.617
Aprovação De Local (102)	1.665
Alteração De Potência / Mudança De Classe (103)	774
Alteração De Canal (104)	365
Alteração De Coordenadas Geográficas(105)	150
Alteração Do Sistema Irradiante(106)	41
Mudança De Transmissor(107)	364
Transferência De Local De Estúdio(108)	138
Transferência De Autorização De Rtv(109)	86
Alteração De Geradora(110)	410
Licenciamento (111)	967
Renovação De Outorga (112)	452
Prorrogação De Prazo (123)	609
Inclusão De Canal No Plano Básico (124)	970
Alteração Das Características Técnicas (130)	1.802
Transferência De Plano Básico De Canais (131)	107
Troca De Canal (132)	54
Operação Em Caráter Experimental (133)	58
Abertura De Consulta Pública (134)	149
Revogação De Outorga (137)	44
Outros	164
TOTAL DE SERVIÇOS	17.986

Ressalte-se, finalmente, o início dos procedimentos para consignação dos canais de Televisão Digital que abrange as entidades geradoras de todo o território nacional, passando posteriormente a abranger também as retransmissoras. Procedimento este que, visando atender à Portaria nº 652/2006, que regulamentou a migração do sistema, inclui análise de toda situação jurídica e técnica da emissora, que deve estar regular. Esta ação gera uma demanda de aproximadamente 20 mil novos processos a serem analisados, além da implantação da Rádio Digital, cujos serviços com fins científicos ou experimentais já se iniciaram.

5.2- Panorama atual do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica – DEAA

O crescimento do número de emissoras vistoriadas e, conseqüentemente, do número de procedimentos de apuração de infração instaurados foi decorrente:

I) Do aumento das outorgas concedidas, via procedimento licitatório, sendo que as vencedoras dos certames apresentam suas Propostas em condições diferenciadas de execução do serviço (com previsão nos editais), situação que passou a exigir do Ministério acompanhamento para a verificação do cumprimento das obrigações compromissadas: quanto ao conteúdo de programação; em relação aos prazos para apresentação do projeto de instalação e de pedido de licenciamento para o início da prestação do serviço, conforme indicado nas Propostas, quesitos que constituem diferencial para que a proponente saia vencedora do certame, atividades estas, anteriormente, executadas pela Anatel.

II) Do aumento do número de estações instaladas de rádios comunitárias.

Além dos Processos de Apuração de Infração (PAI's) o DEEA tem a obrigação de responder, em prazos exíguos, com interrupção dos trabalhos de rotina, vale dizer, da análise dos PAI's, às demandas do Ministério Público, de Juízes de Direito de dezenas de Comarcas, das Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e de outras autoridades que solicitam providências urgentes desta Secretaria, especialmente em relação a denúncias de eventuais irregularidades praticadas pelas emissoras.

Paralelamente à crescente quantidade de novas emissoras de radiodifusão, bem como de seus serviços auxiliares, além do serviço de RTV resultando, conseqüente, na instauração de PAI's, devido ao incremento da fiscalização de rotina e de vistorias realizadas para fins de renovação de prazos das outorgas (totalizando atualmente mais de 20.000 mil estações), aumentou também a quantidade de pedidos de reconsideração e de recursos, na mesma proporção.

Cabe relembrar que o DEEA assumiu os procedimentos de apuração de infração de todas as emissoras deste País, devido à extinção das Delegacias Regionais instaladas nas Capitais dos Estados da Federação, não ocorrendo alteração da estrutura organizacional e aumento de pessoal para atender ao enorme volume de serviço recebido.

→ **Quadro Demonstrativo do Número de Processos e Documentos:**

Processos de Apuração de Infração Aguardando Análise (COAPI/DEEA)	
SITUAÇÃO 2007	
Processos de Apuração de Infração (PAI) instaurados (jan a dez/2007)	920
PAI analisados em 2007	987
PAI aguardando análise	3.178
Laudos Técnicos Aguardando Pré-análise para Abertura de PAI	1.546
Laudos Técnicos com pré-análise concluída	346
Denúncias	798
Total Geral	7.775

O Grupo Permanente de Estudos Técnicos – GPET foi criado tendo em vista a importância e a premência na revisão e atualização da regulamentação técnica específica dos serviços. Para tal, faz-se necessário que seus membros efetivos participem ativamente das reuniões, seminários técnicos e de grupos de trabalho junto à Anatel e aos Organismos Internacionais (UIT, CITELE, Mercosul) de forma a poder contribuir substantivamente para as mudanças necessárias na regulamentação de radiodifusão, o que não se tem conseguido realizar a contento, por problemas de ordem orçamentária e administrativa.

5.3.- Infra-estrutura administrativa e Recursos Humanos da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

As principais disfunções identificadas são: a existência de sistemas de informação corporativo, ainda em fase de desenvolvimento, o que dificulta, sobremaneira, a agilização das análises processuais; recursos humanos e materiais (suprimentos, equipamentos e espaço físico adequado) insuficientes para atender as atuais demandas, bem como a carência de capacitação técnica para a adequação dos servidores aos seus respectivos postos de trabalho.

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não se aplica pois a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica não é Unidade Gestora Executora do Orçamento.

7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal

Não se aplica pois a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica não é Unidade Gestora Executora do Orçamento.

8. Operações de fundos

Não se aplica pois a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica não é Unidade Gestora Executora do Orçamento.

9. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins (conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007)

Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Não se aplica pois a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica não é Unidade Gestora Executora do Orçamento.

Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Não se aplica pois a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica não é Unidade Gestora Executora do Orçamento.

Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Não se aplica pois a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica não possui Cartão de Crédito Corporativo em poder de seus servidores.

Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

1. Tribunal de Contas da União

Não há recomendações do Tribunal de Contas da União relativas à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

2. Sistema de controle interno

Em resposta ao Plano de Providências 2007, elaborado pela Controladoria Geral da União e remetido à esta Secretaria através do Ofício nº 23147/2007/DICOM/DI/SFC/CGU-PR, esclarecemos que, em conformidade com a resposta enviada através do Ofício nº 315/2007/SCE-MC, as seguintes providências foram tomadas.

1. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.1

1.1 Recomendação:

Estabelecer metas capazes de serem alcançadas pela SSCE, eliminando as dificuldades das entidades em atender as exigências legais, como, por exemplo, elaborando o mapeamento dos fluxos de atividades da Unidade, no sentido de otimizar as rotinas de análise dos processos de outorga, bem como agilizar os trabalhos inerentes aos sistemas informatizados que se encontram em fase de desenvolvimento e, ainda, eliminar os sistemas inoperantes que já foram concluídos.

1.2 Providências adotadas:

- Promoção do recadastramento das entidades radiodifusoras, com o intuito de atualizar o banco de dados jurídicos da SCE, com a publicação da Portaria 447, de 9 de agosto de 2007. Até dezembro de 2007 foram recebidos os documentos relativos a 2.597 entidades. Já foram atualizados o cadastro de 245 entidades, além disso, a documentação de 141 entidades apresentou a necessidade de solicitação de documentação adicional ou de instauração de processo apuração de infração. Esse processo de recadastramento terá continuidade no ano de 2008, pois ainda existe um volume considerável de documentação pendente de análise.
- elaboração e atualização de manuais de procedimentos e revisão de algumas normas de serviços de radiodifusão, gerando maior padronização dos procedimentos e resultando em ganho de eficiência;
- mapeamento de procedimentos e de fluxos de atividades da Secretaria, buscando aumentar a eficiência de trabalho através da otimização das rotinas de análise e controle de processo.

2. Item do Relatório de Auditoria: 1.2.1.1

2.1 Recomendação:

- a) Aplicar aos procedimentos de licitação para outorga de serviços de radiodifusão em curso, bem assim, aos futuros processos de outorga, prazos que não extrapolem os determinados na Lei de Licitação nº 8.666/93, a fim de que sejam implementadas maior eficácia e transparência aos procedimentos administrativos; e
- b) Identificar eventuais entraves nos fluxos operacionais que envolvem os atos administrativos das diversas fases do procedimento licitatório, bem como da data de homologação do seu resultado a de assinatura do contrato, com vistas a adequar os processos gerenciais aplicáveis, e conferir maior eficácia aos objetivos iniciais propostos.

2.2 Providências adotadas:

Foi elaborado um novo texto de Edital de licitação, contemplando a recomendação supracitada. Em outubro, o Ministério lançou novas licitações, já com o novo texto, entretanto, o processo foi suspenso por decisão do Tribunal de Contas da União.

Assim, o Ministério aguarda análise e decisão do Tribunal de Contas da União sobre o mérito da questão.

3. Item do Relatório de Auditoria: 1.2.1.2

3.1 Recomendação:

- a) Adotar imediatas providências a fim de que os atos de autorização para exploração de Radiodifusão sejam orientados adequadamente;
- b) Interagir com a Agência Nacional de Telecomunicações, com vistas a editar regulamentação conjunta sobre o disposto no artigo 211 da Lei Geral de Telecomunicações e condições de controle previstas no Termo de Ajuste;
- c) Adotar imediatas providências objetivando disciplinar em ato normativo próprio, as rotinas operacionais e administrativas aplicáveis ao controle da prestação dos Serviços de Radiodifusão pelos dois órgãos.

3.2 Providências adotadas:

O posicionamento da Secretaria foi de discordância à recomendação pelos fatos abaixo transcritos, conforme já relatado no Ofício nº 315/2007/SCE-MC:

“Com relação ao item (a), o Ministério das Comunicações tem procurado orientar as entidades através: da distribuição de 13.310 Manuais de orientação e 26.340 Cartilhas contendo os princípios e orientações acerca da execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, bem como todos os procedimentos relativos ao processo de seleção das entidades que têm interesse na autorização para execução deste Serviço, acompanhado de modelos de documentos, declarações e Estatuto Social, no caso da RadCom; e da disponibilização, no site do Ministério das Comunicações (www.mc.gov.br), de formulários e de lista de documentos necessários para a correta instrução de pedidos de natureza técnica e jurídica. Além disso, consta no site, a disponibilização de consulta do andamento dos processos relativos ao serviço de radiodifusão comunitária, informações sobre todas as licitações ocorridas no período de 1997 até hoje e sobre os quadros societários e diretivos das entidades detentoras de outorgas de serviços de radiodifusão, de Avisos de Habilitação abrindo processos seletivos para entidades interessadas em prestar os serviços de radiodifusão comunitária em diversas localidades, dentre outras informações.

Os itens (b) e (c) tratam-se de proposições ilegais, visto que o Decreto nº 5.220/2004 e o artigo 211 da Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472/97) estabelecem e definem claramente a inter-relação entre o Ministério das Comunicações e a Anatel no tocante às questões de Planos Básicos e quanto à fiscalização dos serviços de radiodifusão, os correlatos e auxiliares a esses serviços, cujos procedimentos, já informados anteriormente, são os seguintes, observadas as regras do Plano Anual de Fiscalização (PAF).

O PAF é o documento que consolida as Diretrizes e o Plano Operacional de Fiscalização do citado órgão, a quem compete, nos termos da LGT a realização da fiscalização técnica das emissoras dos serviços de radiodifusão e de conteúdo (Termo de Ajuste MC/Anatel), além, obviamente, de todos os serviços de telecomunicações submetidos à sua jurisdição. Sendo assim, cabe ao citado órgão fiscalizador compatibilizar as ‘Rotas de Fiscalização’ que englobam, tanto os serviços de radiodifusão/ancilares e auxiliares de radiodifusão, quanto os demais serviços de telecomunicações, sempre com a observância dos prazos de vencimento das outorgas dos serviços submetidos à sua competência e os de competência deste Ministério, assim como dos prazos estabelecidos para vistoria de licenciamento, também relacionados a todos os serviços, indistintamente.

O PAF é um planejamento complexo, por envolver estações localizadas em todos os pontos deste País continental, envolvendo todos os serviços de telecomunicações, outorgados ou não¹.

Como se depreende do esclarecido acima, este Ministério formula as listas com a observância dos prazos de instauração de processos de “Renovação do Prazo de Vigência de Outorga” e dos presumíveis pedidos de “Expedição de Licença de Estações”.

A par das emissoras que se encontram em fase de renovação e das solicitações de Licença, a Anatel também leva em consideração, por ocasião do Planejamento Anual de Vistoria, as solicitações a ela encaminhadas por este Ministério, concernentes a denúncias, de toda natureza, por meio do sistema eletrônico denominado RADAR.

Para verificar as vistorias, cabe salientar que o planejamento é feito anualmente e obedece às diretrizes orçamentárias previstas pelo Governo, devendo ficar esclarecido que, além das emissoras em fase de: (i) renovação, (ii) de licenciamento, (iii) das constantes do RADAR, o Ministério pode ainda solicitar vistorias ‘extras’ para atendimento de casos específicos como: (iv) denúncia de interferência ou (v) de outra natureza que demandam providências imediatas de ambos os órgãos.

Portanto, dentro das regras estabelecidas, em consonância com as políticas governamentais, o planejamento só poderá ser feito nos termos acima indicados, não sendo viável a submissão de listas trimestrais, como o sugerido por esse Órgão.”

4. Item do Relatório de Auditoria: 1.3.1.1

4.1 Recomendação:

Construir indicadores que comportem variáveis relacionadas a custo e tempo das unidades dedicadas a sua realização, não utilizando indicadores restritos, ao alcance de programações físicas e financeiras. Os indicadores devem cobrir todos os produtos e serviços da SSCE no intuito de avaliar o desempenho em termos de eficácia e eficiência, relacionando insumos com produtos.

¹ Os serviços os não outorgados são clandestinos e a sua execução tem de ser interrompida pela Anatel.

4.2 Providências adotadas:

- Dentro do prazo estabelecido na resposta ao plano de providências (dez/2009) será realizado o projeto para capacitação dos servidores da Secretaria e/ou contratação de consultoria para a elaboração dos indicadores para avaliação da eficácia e eficiência da gestão.

5. Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.1**5.1 Recomendação:**

- a) Adequar a força de trabalho às reais necessidades da SSCE, e;
- b) Adotar providências quanto à existência e cerca de 30.000 processos de concessões e autorizações de outorga de serviços de radiodifusão que se encontram aguardando análise técnica da Unidade.

5.2 Providências adotadas:

- a SCE aguarda a aprovação da proposta de instalação da estrutura administrativa de 7 (sete) Delegacias Regionais, recriadas pelo Decreto nº 5.220/2004, enviada pela Secretaria Executiva do Ministério das Comunicações ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, para apreciação;
- foi feita uma ação conjunta da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do Ministério das Comunicações e a Fundação Getúlio Vargas que resultou na elaboração de um plano de carreiras específico para este Ministério, que cria a carreira de Analista em Comunicações, com o objetivo de suprir a carência de servidores da Secretaria. O estudo já foi aprovado pelo Ministério das Comunicações e encaminhado ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão para apreciação, entretanto ainda não há decisão do MPOG sobre o assunto.

Anexo E - Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Não se aplica pois a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica não é Unidade Gestora Executora do Orçamento.

Brasília, 04 de março de 2008.

Zilda Beatriz Silva de Campos Abreu
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações